

ROL DE PENHORA NA EXECUÇÃO FISCAL PARA MICRO EMPRESAS

JOAQUIM CALDAS NETO

EDITORA LUMEN JURIS
RIO DE JANEIRO
2019

Copyright © 2019 by Joaquim Caldas Neto

Categoria: Direito Financeiro e Tributário

PRODUÇÃO EDITORIAL
Livraria e Editora Lumen Juris Ltda.

Diagramação: Alex Sandro Nunes de Souza

A LIVRARIA E EDITORA LUMEN JURIS LTDA.

não se responsabiliza pelas opiniões
emitidas nesta obra por seu Autor.

É proibida a reprodução total ou parcial, por qualquer
meio ou processo, inclusive quanto às características
gráficas e/ou editoriais. A violação de direitos autorais
constitui crime (Código Penal, art. 184 e §§, e Lei nº 6.895,
de 17/12/1980), sujeitando-se a busca e apreensão e
indenizações diversas (Lei nº 9.610/98).

Todos os direitos desta edição reservados à
Livraria e Editora Lumen Juris Ltda.

Impresso no Brasil
Printed in Brazil

CIP-BRASIL. CATALOGAÇÃO-NA-FONTE

1160470

C145r

Caldas Neto, Joaquim

Rol de penhora na execução fiscal para microempresas / Joaquim Caldas
Neto. – Rio de Janeiro : Lumen Juris, 2019.
224 p. ; 23 cm.

Bibliografia : p. 201-209.

ISBN 978-85-519-1185-3

1. Execução fiscal. 2. Penhora. 3. Microempresa. 4. Código de Processo
Civil de 2015. 5. Neoconstitucionalismo. I. Título.

CDD 343

Ficha catalográfica elaborada por Ellen Tuzi CRB-7: 6927

Sumário

Índice	XI
---------------------	-----------

Introdução	1
-------------------------	----------

PARTE I

Contexto Jurídico para Análise – Neoconstitucionalismo

1. Correntes jurídicas	7
1.1 Neoconstitucionalismo	15
1.1.1 Prevalência e normatividade dos princípios	22

PARTE II

Análise Geral do Princípio da Igualdade

1. Apontamentos históricos sobre o conceito de igualdade	31
1.1 Relação da igualdade com liberdade e justiça.....	34
1.2 Relação do princípio da igualdade com o princípio da legalidade	35
1.3 Relação da igualdade com a República.....	37
2. Igualdade na Constituição Federal de 1988	39
2.1 Igualdade na lei x igualdade perante a lei.....	41
2.2 Igualdade formal x igualdade material	44

PARTE IV

Garantia da Ação Executiva

1. Aspectos históricos e gerais da execução	51
1.1 Execução no direito antigo	52
1.2 Execução no direito português.....	56
2. Execução no Brasil antes do Regulamento n. 737/1850	59
2.1 Garantia da execução no Regulamento n. 737/1850.....	60
2.2 Garantia da execução no Decreto-lei n. 960/1938	63
2.3 Garantia da execução no Código de Processo Civil de 1939	66

2.4 Garantia da execução no Código de Processo Civil de 1973.....	71
2.4.1 Princípio da menor onerosidade dos meios executivos.....	77
3. Execução Fiscal a partir da LEF	83
3.1 Nomeação de bens à penhora.....	84
3.1.1 Rol de bens à penhora.....	91
3.1.2 Aplicação subsidiária do CPC/73.....	95
3.2 Garantia da execução a partir da Lei n. 11.382/06.....	106
3.3 Garantia da execução no Código de Processo Civil de 2015.....	120
3.3.1 Entendimentos da doutrina nacional sobre a obrigatoriedade do rol de penhora	132
3.3.2 Posicionamento deste estudo sobre a flexibilidade do rol de penhora	137
4. Micro e pequenas empresas	149
4.1 Utilização do enquadramento comercial como micro e pequena empresa como critério para flexibilização do rol de penhora	155
4.2 Posicionamento jurisprudencial sobre a flexibilização do rol de bens à penhora para micro e pequenas empresas	158

PARTE IV

Critérios para Identificação do Desrespeito à Isonomia

1. Procedimento estabelecido por Celso Antônio Bandeira de Mello	177
1.1 Elementos para verificação da igualdade	178
1.1.1 Tratamento que será diferenciado e sujeitos da igualdade.....	178
1.1.2 Fator de desigualação (medidas de comparação)	179
1.1.3 Discrímen	180
2. Identificação dos elementos do caso para os critérios de Celso Antônio Bandeira de Mello quanto à relativização do rol de penhora.....	185
2.1 Análise se a relativização do rol de penhora para micro e pequenas empresas respeita a Isonomia.....	190
Considerações Finais	197
Referências Bibliográficas	201